

Portas critica penalização fiscal do arrendamento na proposta da Troika

10 Maio 2011 | 15:05

Rita Faria

Para o responsável do CDS esta orientação "não é coerente". Paulo Portas diz ainda que o programa "não é ambicioso quanto à fraude fiscal" e que "não é exacto" quanto à redução do sector empresarial do Estado.



“O programa fala da reestruturação do IVA mas falta saber que produtos e serviços são essenciais. Eu sei distinguir bem os produtos que podem ter uma tributação maior e os que não podem”, sublinhou hoje [Paulo Portas](#) numa conferência sobre a [União Europeia](#) e a política fiscal. Para o responsável “há outra matéria em que o programa tem uma orientação que não é coerente. Não faz sentido nenhum penalizar fiscalmente o arrendamento. Em relação aos [benefícios fiscais](#) é preciso trabalhar com rigor e não olhar para a economia com um olhar retórico”.

“O programa não é exacto quanto à redução do sector empresarial do Estado. É preciso reduzir as empresas públicas, municipais e regionais e não deixar migrar para o poder regional e local as PPP”, continuou Portas, acrescentando que “o programa não é ambicioso quanto à fraude fiscal e é preciso ser ambicioso nesta matéria”.